Revista do Conselho Federal de Economia | COFECON

Ano IV - Nº 10 - Abril de 2013

ECONOMISTAS

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

XX Congresso Brasileiro de Economia
Participação de Dan Biller e Ignacy Sachs

Brasil Negativado, Brasil Invertebrado e o Superávit Primário
Reinaldo Gonçalves

O aumento do preço dos imóveis no Brasil
Luciano D´Agostini

Desonerações substituem política monetária a um elevado custo fiscal
Felipe Salto

EXPEDIENTE

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
COFECON

SETOR COMERCIAL SUL,
QUADRA 02, BLOCO B, SALA 501
70.318-900 - BRASÍLIA - DF
(61) 3208-1800

COFECON@COFECON.ORG.BR
WWW.COFECON.ORG.BR

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PRESIDENTE
Ermes Tadeu Zapelini

VICE-PRESIDENTE
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Eduardo Poletti
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes Vale
Ermes Tadeu Zapelini
Fábio José Ferreira da Silva
Fabíola Andréa Leite de Paula
Francisco Assunção e Silva
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Airton Soares Costa
Antonio Eduardo Nogueira
Carlos Alberto Safatle
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Charles Schneider
Denivaldo Targino da Rocha
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Jr.
Edson Peterli Guimarães
José Emílio Zambom da Silva
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

COMITÊ EDITORIAL
Ermes Tadeu Zapelini
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Antonio Eduardo Poleti
Celina Martins Ramalho
Róridan Penido Duarte
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Carlos Roberto de Castro

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Róridan Penido Duarte (Coordenador)
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Wilson Benício Siqueira
Erivaldo Lopes do Vale
Wellington Leonardo da Silva
Eduardo José Monteiro da Costa
Fabíola Andréa Leite de Paula
Carlos Roberto de Castro

JORNALISTA
Manoel Castanho

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

TIRAGEM
10.000 exemplares

EDITORIAL

FAZENDO A HORA

A profissão do economista está presente nos negócios, ao longo dos séculos, procurando sempre a busca do melhor retorno econômico e social dos recursos alocados.

A regulamentação desta profissão é magnificada por compreendermos as consequências que podem resultar da ação de um profissional inábil. Os resultados afetam pessoas físicas, jurídicas, setores econômicos, regiões e, até, nações. Evidentemente, jamais eliminaremos a incerteza, mas podemos estreitar seu horizonte. Este é o motivo da existência da Lei 1.411/51. A sociedade cria, por meio do parlamento e da sanção presidencial, uma autarquia pública, que certifica a competência de profissionais capazes e habilitados.

A velocidade com que ocorrem as mudanças na economia exige constante atualização do dispositivo legal. A nossa sexagenária regulamentação, com o peso de seus 62 aninhos, abriu caminhos inóspitos e sedimentou-se nesse período. É importante destacar que existem linhas de fronteira tênues entre atividades profissionais. Algumas atividades não ficam no contorno do campo de trabalho de uma área de conhecimento. Inserem-se de modo marginal, num ambiente maior, à busca de complementos do trabalho.

Não desejando estabelecer contornos e limites às nossas ações, temos que fazer compreender, aos que teimam em estreitar o campo de ação, qual é o desenho do nosso foco.

Estamos inseridos em duas grandes linhas de atuação. Na primeira, somos forjados no estudo das tendências. Como o mundo econômico se esgota e se renova a cada ciclo, a atuação do economista vai propor alternativas com os seus possíveis desdobramentos. A outra refere-se à habilidade, que nos é peculiar, de reduzir a complexidade do mundo real, em procedimentos operacionalizáveis, sacando das múltiplas possibilidades as mais racionais.

Enquanto na primeira nos referimos ao estudo dos ciclos econômicos, com planos, programas e projetos, na outra, estamos falando de análises, pareceres, perícias, custos, preços, inflação, avaliações...

A Lei 1.411/51, que criou a profissão de economista no Brasil, precisa urgentemente ser revista, atualizada e explicitadas as atribuições operacionais.

Na ultima plenária ampliada do COFECON houve uma formal manifestação dos conselheiros federais e presidentes de Conselhos Regionais, para lutar pela atualização da lei, especificamente na definição objetiva das atribuições do economista.

Neste momento, temos um projeto de lei tramitando no Senado Federal. Vamos unir forças, lutando por este objetivo. Podemos juntos buscar o que os economistas precisam e merecem.

ERMES TADEU ZAPELINI

Presidente do Conselho Federal de Economia

OPINIÃO DO LEITOR

A partir desta edição, abrimos um espaço para que o leitor participe da revista *Economistas*. Envie seu e-mail com o título "Opinião do leitor" para: imprensa@cofecon.org.br.

MARCUS EDUARDO DE OLIVEIRA

SÃO PAULO - SP

A revista *Economistas* tem contribuído para propagar entre a comunidade de economistas os temas mais importantes que enriquecem o debate nacional. É a partir das ideias e opiniões, entrelaçadas às ações, que se constroem os novos caminhos, tão necessários em épocas de constantes mudanças.

É relevante que o debate em torno de novas propostas e temas seja constantemente provocado. Um dos temas que não pode escapar ao debate é Economia Ecológica. "Nossa" publicação precisa dedicar algumas páginas para fazer o salutar confronto junto à Teoria Neoclássica tradicional, que ainda faz vistas grossas a esse assunto.

A linha editorial poderia incluir a discussão em torno da missão do economista, ou do papel exercido pelo economista na sociedade moderna. Ao procurar destacar o real e imprescindível papel da Economia e, por conseguinte, a missão do profissional economista, certamente levar-se-á ao público leitor a mensagem de que o economista profissional é também aquele "pensador social" que se propõe a discutir e encontrar as maneiras para se consolidar uma sociedade que seja pautada nas premissas da inclusão social, do resgate à vida digna com qualidade e do respeito aos serviços ecossistêmicos.

ALESSANDRA GISELI UGIONI

FLORIANÓPOLIS - SC

Queria parabenizar o COFECON pela edição da revista, que está menos vetusta, sem deixar de ser séria. Aborda temas de interesse não só dos economistas, mas de toda a sociedade brasileira. O conteúdo e a diagramação tornam a leitura mais dinâmica e agradável.

Destaco o editorial do presidente Ermes Tadeu Zapelini (edição de dezembro) que não me surpreende, pois tive o privilégio de ter trabalhado com ele no Corecon-SC. Serve de contraponto à entrevista do Ministro Mantega.

Por fim, gostaria de sugerir que no próximo número fosse incluída alguma matéria que abordasse a importância dos economistas para as prefeituras. Será que os prefeitos dos mais de 5.500 municípios do Brasil sabem o que podemos fazer para o desenvolvimento municipal? Que tal entrevistar alguns deles e ainda a Confederação Nacional dos Municípios?

SUMÁRIO

06 **Opinião Econômica**
Dr. Luciano D'Agostini
Integrante do Grupo Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento

12 **CBE**
XX Congresso Brasileiro de Economia

14 **Acontece no COFECON**
Cerimônia de posse dos novos conselheiros

16 **Superávit primário: mal necessário ou bem desejável?**
Reinaldo Gonçalves e Felipe Salto

23 **Corecons**
Acontece nos Corecons

25 **Livros**

28 **Corecons**
Relação dos Conselhos Regionais de Economia

OPINIÃO ECONÔMICA

O AUMENTO DOS PREÇOS DOS IMÓVEIS NO BRASIL 2008-2012

LUCIANO LUIZ MANARIN D'AGOSTINI[1]

Existe ou não existe bolha imobiliária? Qual é o panorama do setor? Quais os desafios e perspectivas?

A crise de 2008 teve epicentro bem definido. Focada em títulos lastreados por hipotecas do mercado imobiliário americano e que tinham na base os clientes *subprime*, provoca anos mais tarde efeito cascata e recessão econômica global, com gravidade ainda crescente, duração incerta e ajustes em direção a perdas maciças de bancos, governos e desemprego. Pesadas intervenções monetárias dos bancos centrais foram lançadas, ex. EUA e Europa, na esperança de estimular crédito, consumo e renda. Pela economia globalizada e fragilizada, a massa de dinheiro injetado para socorrer economias desenvolvidas acabou causando inflação imobiliária em alguns países, inclusive no Brasil, pelo desequilíbrio de condutas de política econômica entre países.

Por metodologias econométricas multivariadas e teoria de bolhas monetárias, chamo atenção do governo porque: (i) o Brasil está com preços dos imóveis contaminados; (ii) existem antecedentes que formaram a bolha imobiliária advindos do *front* nacional e internacional e que, combinados, geram dinâmicas não equilibradas para os consumidores e o setor desde 2010; (iii) existem riscos internos e externos para a bolha imobiliária no Brasil arrefecer entre 2013 a 2016; (iv) o governo brasileiro pode tomar medidas preventivas para fazer com que o preço dos imóveis não seja um fator que atrapalhe a macroeconomia nos próximos anos.

---

1. Integrante do Grupo Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. Economista (2002), Mestre (2004) e Doutor (2010) pela Universidade Federal do Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento/ CNPQ. Coautor do livro *Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação* (FGV, 2010) e autor do livro *Econometria Temporal Multivariada* (Ed. Blucher, 2011).

2. Contato: Prof. Dr. Luciano D'Agostini, e-mail: lucianodagostini@yahoo.com.br

Define-se bolha de preços como o aumento rápido e bem acima do preço normal histórico e em curto espaço de tempo, tendo como consequência, em algum momento, o estágio de deflação/desalavancagem. A bolha surge por mecanismos de mercado e de comportamento humano que forçam a correção indevida da inflação de ativos. Os principais antecedentes para formação de bolhas de preços são derivados do: (i) crédito; (ii) demanda acima do normal; (iii) da oferta acima do normal ou; (iv) combinação dos três.

A bolha de preços derivada da demanda fundamenta-se na teoria da escolha intertemporal do consumo. Consumidores compram muitos bens de um setor e ao mesmo tempo, gerando o efeito transferência de uma parte significativa da demanda futura ao presente. A má distribuição temporal de consumo, de forma explosiva, acaba gerando bolha de preços. O consumo ocorrendo no presente é, portanto, menos propenso a gerar consumo no futuro, caso não exista crescimento populacional, aumento de salários reais, produtividade, novas tecnologias ou queda do preço que se inflou no primeiro momento.

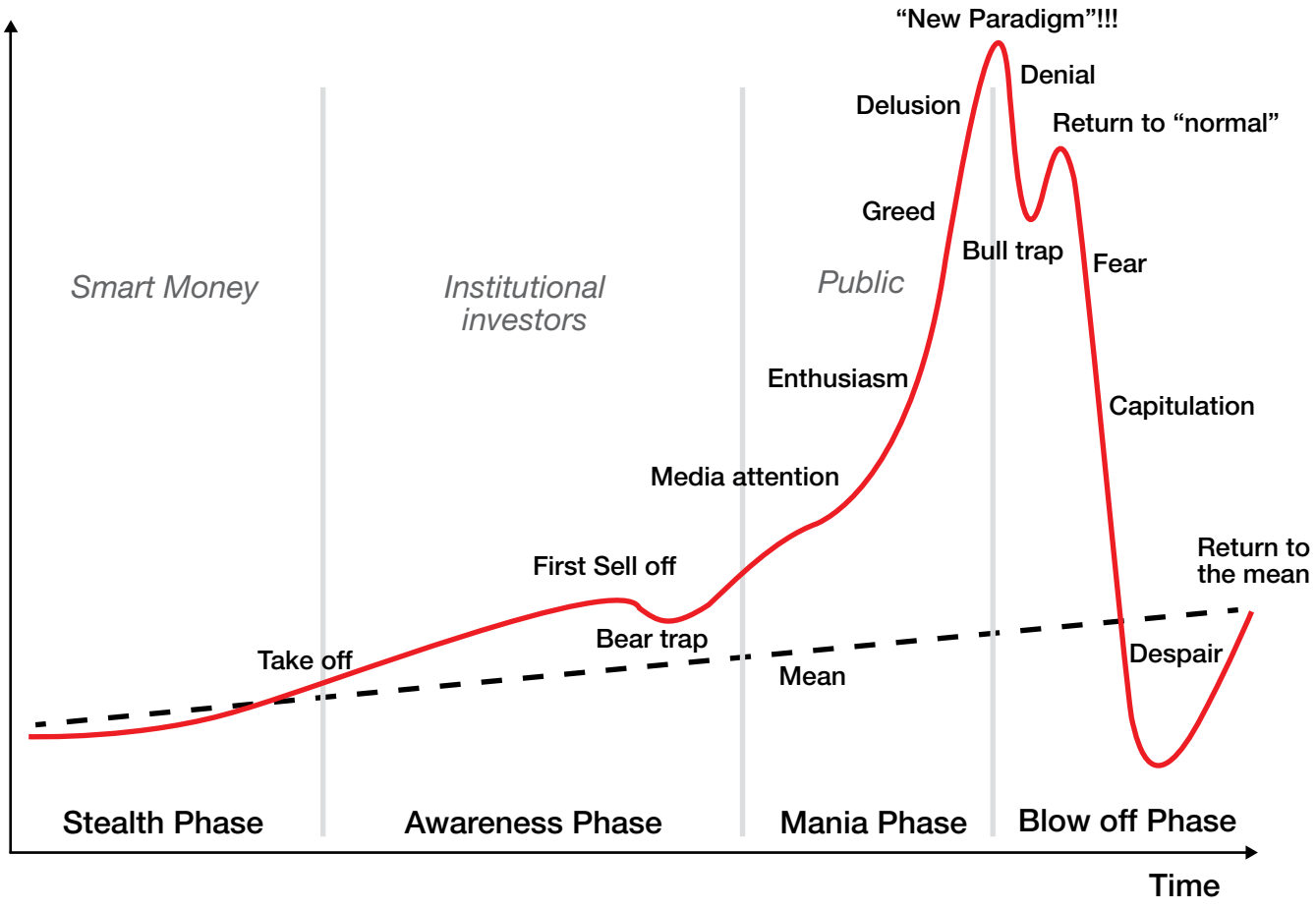
> **“A CRISE DE 2008, LASTREADA POR HIPOTECAS IMOBILIÁRIAS AMERICANAS, PROVOCOU RECESSÃO ECONÔMICA GLOBAL”**

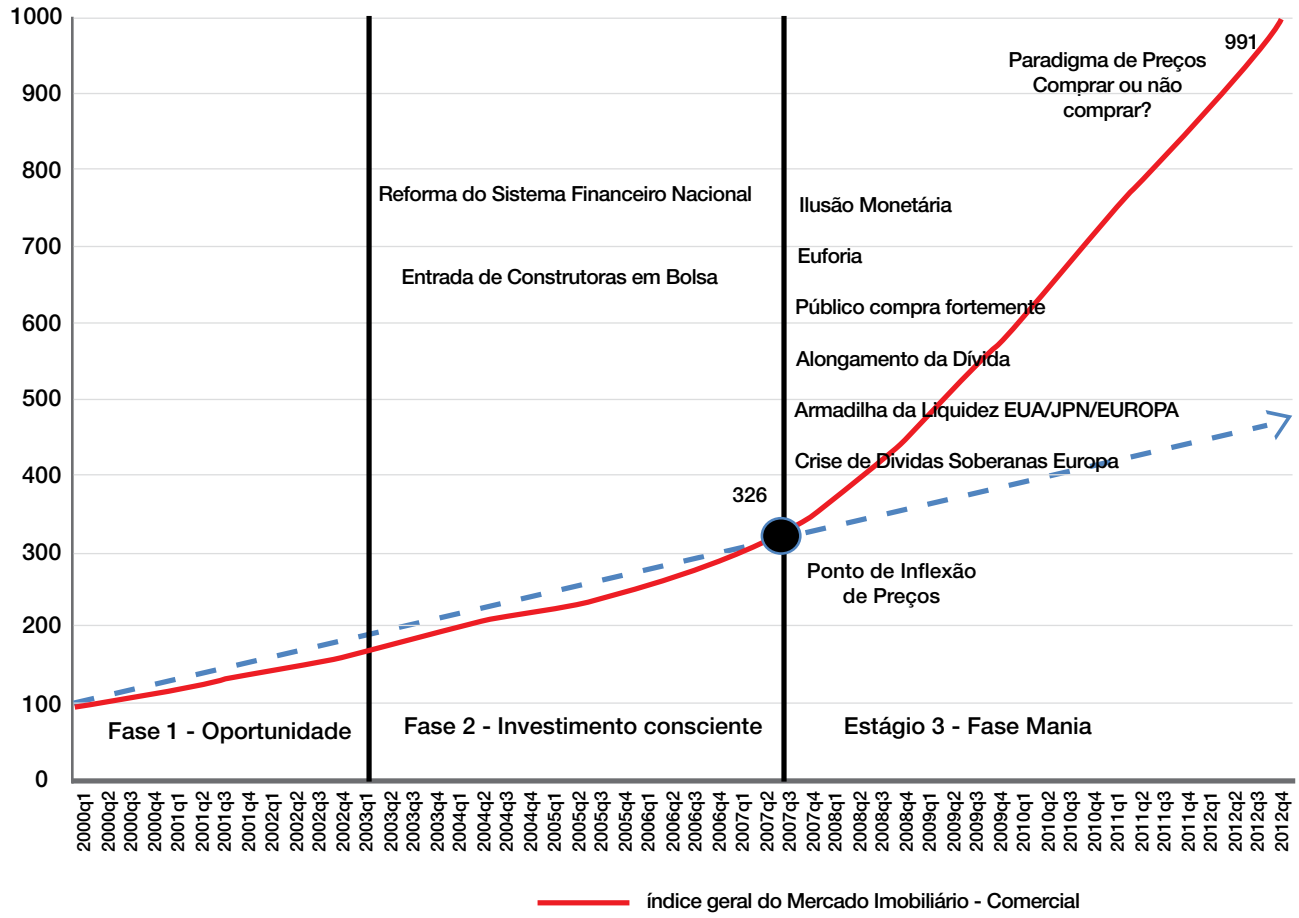
Na bolha de preços derivados do crédito, a taxa de juros é um componente suplementar à renda. Quanto

mais juros, mais moeda será necessária no futuro e, portanto, no segundo momento, mais inflação será gerada caso exista a retroalimentação de pagamentos de dívidas. O problema reside na qualidade do crédito, porque este gera dívidas futuras para pagamento, inclusive, muitas vezes, com larga duração. A qualidade do crédito dependerá da irracionalidade dos bancos emprestadores (públicos e privados) e dos consumidores que sofrem de ilusão monetária. Pelo primeiro, os bancos, a análise do *credit scoring* em períodos de farta liquidez não é seguida com prudência e cedem crédito acima do limite estatístico (30%) para consumidores que detêm uma renda restrita.

A bolha derivada da oferta induz fornecedores de imóveis à má utilização dos recursos porque a maioria não percebe que a demanda futura foi alocada no presente. Portanto, sobre-estimam a demanda, ampliam os estoques para vendas no presente, ampliam projetos e acabam fornecendo, por vezes, nível de oferta acima do normal, devido à falta de percepção de mudanças dramáticas nos "fundamentos" macroeconômicos. No estágio de desinflação da bolha de oferta, há excesso de capacidade, que não pode ser vendido no curto prazo (indicador de velocidade de vendas), e o resultado são grandes desperdícios de capital. Projetos são engavetados. Esta é, provavelmente, a consequência mais danosa de como a bolha monetária destrói a capacidade produtiva e de distribuição de uma forma indevida no setor/economia. Existe "desinflação derivada do comportamento de tensão", pelo substancial excesso de oferta. A bolha de demanda, oferta e de crédito, combinou-se no Brasil entre 2007-2012 e observamos a hiperinflação dos bens do setor imobiliário bem acima da inflação usual/básica da economia. De qualquer natureza, uma bolha apresenta-se com 4 estágios (Figura 1).

FIGURA 1 - OS 4 ESTÁGIOS DE UMA BOLHA IMOBILIÁRIA





A fase 1 é o dinheiro inteligente. Detectam-se oportunidades. No Brasil, esta fase ocorre entre 2001/2003. Na fase 2 investidores institucionais entram no mercado financeiro, buscando aporte de capitais. O preço inicia o descolamento em relação ao preço histórico médio. É uma fase de investimento consciente com poucos especuladores. A produção ocorre com frequência maior que períodos anteriores. No Brasil, a fase 3 ocorre entre 2004 e 2007 e corresponde à "Fase Mania". Os preços sobem rapidamente e em curto espaço de tempo. Investidores institucionais conseguem atrair o público em massa com crédito, política de renda do governo e garantias comportamentais de que o mercado é excelente e crescerá muito nos próximos períodos. No Brasil esta fase ocorre de 2008 a 2012. Os demandantes custam a entender porquê o preço sobe rápido. O entusiasmo toma conta dos ofertantes e demandantes. No fim da fase 3, existe paradigma de preços, ou seja, questiona-se sobre o tema "subida de preços". Perguntas básicas são ouvidas: os preços continuarão subindo fortemente na mesma magnitude que períodos anteriores? Até quando? Por que ocorre queda na velocidade de vendas se a economia está em pleno emprego ou próximo dele? Os questionamentos surgem porque em períodos passados, mesmo dentro da fase 3, existiram altíssimas margens de lucro, em comparação com outros ativos financeiros. O fim da fase 3 revela-se quando os preços estão altos demais ou até mesmo no período em que os preços se estabilizam. Evidências comportamentais dos agentes econômicos indicam que existirão ajustes num prazo não muito distante. Em 2012, a falta de dinamismo do movimento altista de preços indica que o Brasil encontra-se na fase "Paradigma de Preços" e, portanto, com uma terceira fase muito bem desenvolvida.

Por fim, na fase 4, pode existir manutenção de preços mas que paralisa o setor (ex: Argentina recente e dolarizada), ou queda de preços caracterizando bolha fraca, média, forte e fortíssima[1] conforme o nível de alavancagem em que o setor, consumidores ou economia se encontram. Bolhas não estouradas também podem causar danos graves à economia (ex: Argentina).

1. Bolha fraca, queda de preços 5% a 15%; bolha média, queda de preços de 15% a 30%, bolha forte, queda de preços de 30% a 45%, bolha fortíssima, queda de preços acima de 45%. Quanto mais alavancado, maior a queda de preços no futuro.

O primeiro antecedente à formação da fase 3 da bolha imobiliária no Brasil é a política monetária do FED e a armadilha da liquidez após a crise da bolha imobiliária americana *vis-à-vis* com a política monetária do Banco Central do Brasil. A grande diferença de condutas causou desequilíbrio e fragilidade financeira com movimentos de financeirização no mercado imobiliário brasileiro. Pós 2008 no Brasil, o corte de juros foi gradual e nos EUA o corte de juros foi incisivo e drástico. A Selic movimentou-se de 13,75% (jan/ 2009) para 7,25% a.a. (mar/2013), queda de 6,5 pontos base ou 47,27%. Nos EUA os juros caíram de 5,25% para 0,25% a.a. em poucos meses (queda de 5 pontos base), aproximadamente 95%. Ampliou-se a arbitragem entre taxas de juros Brasil *versus* EUA. O segundo antecedente foi a taxa de câmbio. A depreciação do dólar (2009-2012) perante o real e a entrada de capitais no país, inicialmente com controle de capitais modesto, auxiliaram o movimento altista de preços dos imóveis. O terceiro antecedente é a classificação de risco do Brasil. Houve melhora para o grau de investimento em 2008, no exato momento em que os EUA enfrentavam dificuldades na macroeconomia. Ceticismo à parte, será que o Brasil melhorou sua economia ou o Brasil se aproximou dos problemas enfrentados pela Europa e EUA? O quarto antecedente à formação da bolha imobiliária no Brasil é o aumento da taxa de crescimento do consumo interno acima da taxa de crescimento dos salários.

A nova classe média brasileira e trabalhadores que saíram de pobreza se endividaram pelo problema do crédito relativamente farto e mais barato (ainda que caro) que períodos anteriores, aliado ao fenômeno da ilusão monetária e euforia. A ilusão monetária ocorreu porque consumidores, ao fazerem o financiamento do imóvel, não visualizaram que podem ocorrer chances de desemprego e inflação, o que pode diminuir a renda e o poder de compra dos salários nominais, caso estes não sejam corrigidos *vis-à-vis* pela inflação imobiliária. Isto impediria de honrar as parcelas ao longo da duração do financiamento, este com prazos mais longos que períodos anteriores. O fenômeno comportamental de euforia e irracionalidade ocorreu porque no Brasil existia uma população com demanda reprimida e sem acesso ao consumo. Com o aumento da massa de trabalhadores, os programas de distribuição de renda do governo e a queda do desemprego, aliados à expansão do crédito pelas instituições financeiras, as famílias endividaram-se porque as parcelas "cabiam no bolso".

Microeconomicamente, há maior alocação da renda para pagamento de dívidas. Em 2005, do total da renda real anual auferida pelo trabalhador, 17% estavam comprometidos com endividamentos com o sistema financeiro nacional. Em 2013, este indicador aumentou para quase 44% (sendo de 30,5% exceto construção civil). Nota-se ainda que: (i) o endividamento sobre a renda aumentou muito em oito anos, num contexto de desemprego historicamente baixo (5,3% em jan/2013, ante 12,5% em abr/2004); (ii) mantendo o ritmo da taxa de crescimento do endividamento da renda (ainda alto) acima do ritmo da taxa de crescimento da renda real (muito baixo), teríamos em 2013 um comprometimento da renda para honrar compromisso com o sistema financeiro nacional próximo a 46%; em 2014 próximo a 50% e em 2015 próximo a 54%.

"A NOVA CLASSE MÉDIA E OS TRABALHADORES SAÍDOS DA POBREZA SE ENDIVIDARAM DEVIDO AO CRÉDITO FARTO E MAIS BARATO"

Outro antecedente à formação da bolha é a expansão do crédito sobre o PIB, o total de crédito destinado às pessoas físicas e à habitação. Ainda que a participação do crédito para o setor imobiliário do total de crédito concedido seja baixa, próximo a 7% (mas cresce rápido), há forte expansão do crédito sobre o PIB. O crédito sobre o PIB era 23% em 2003 e passou para 53,5%, em 2012. A forte expansão do crédito sobre o PIB significa que, tanto para as famílias e para um único setor em pouco espaço de tempo, como de alguma forma a economia com juros ainda altos, haverá aumento do endividamento de diversos agentes econômicos, inclusive as famílias que adquiriram crédito para financiar imóveis. Após 2003, a taxa de crescimento da expansão do crédito, no geral,

foi maior que a taxa de crescimento do PIB. A taxa de crescimento do crédito às famílias também é maior do que a taxa de crescimento da renda. Situação relevante é a relação desemprego, crescimento da renda e inflação imobiliária. Apesar da queda da taxa de desemprego ao longo dos anos (5,3%a.a), a taxa de crescimento do rendimento médio do pessoal ocupado (inflação da mão de obra) não acompanhou a taxa de crescimento dos preços dos imóveis (inflação do ativo imobiliário). Isto significa que existe perda do poder de compra do salário em relação ao "ativo imóvel". O "*gap*" entre inflação dos rendimentos e inflação dos imóveis é um problema econométrico. Não há cointegração, ou seja, não existe relação de equilíbrio de longo prazo entre inflação imobiliária e inflação dos salários. As vendas ocorrem pela expansão do crédito às famílias no cenário de baixa taxa de poupança em relação à renda. Segundo o relatório Fipe-ZAP (2012), em janeiro de 2008, em São Paulo, era necessário trabalhar 2,9 meses para comprar 1 m^2 e, no Rio de Janeiro, 3,8 meses. Em novembro de 2011, em São Paulo, este indicador aumentou para 5,99 meses e, no Rio de Janeiro, para 7,49 meses. É fato que o salário aumentou em quatro anos, mas o poder de compra dos salários em relação ao preço dos imóveis diminuiu pela metade. Outras cidades do país também apresentam trajetória de perda de poder de compra dos salários em relação a 1 m^2, a saber: Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Vitória, Manaus, Florianópolis, Salvador, Natal, Fortaleza e Brasília. É evidente que podemos generalizar tal fenômeno.

O monitoramento da inflação do aluguel em relação à inflação do ativo imóvel também mostra-se com antecedente à formação de bolha. O retorno vem decrescendo ao longo dos últimos anos. Houve inflação dos aluguéis e dos ativos imobiliários, porém o primeiro cresceu menos que o segundo. A rentabilidade mensal, por meses, inclusive, perdeu da caderneta de poupança. Nota-se também que a inflação do aluguel cresceu mais que a inflação dos salários, significando que existirão restrições futuras à continuidade da inflação dos aluguéis, salvo se os salários forem corrigidos *vis-à-vis*. Como a inflação dos aluguéis subiu mais do que a inflação dos salários, mais uma vez há pressão para o aumento do endividamento das famílias em relação aos salários. E a expansão do crédito, mais uma vez, é o motor para retroalimentar os preços dos imóveis. Traduzindo para a realidade não muito distante, os preços dos imóveis e aluguéis estarão maximizados e cotados a preços que a população brasileira não poderá pagar pelos atuais salários que recebem. É a fase final da fase 3, ou "paradigma de preços". Isso fará com que os preços dos imóveis, de aluguéis e do salário tenham ajustes dinâmicos. Os dois primeiros se ajustam à manutenção de preços *vis-à-vis* à inflação básica da economia ou para baixo e, o segundo, com ajustes para cima.

Por fim, indícios internacionais sugerem e fortalecem a preocupação para enfrentar os graves problemas no setor, a saber: (i) medidas de estímulo monetário nos EUA e Europa; (ii) a manutenção perversa da taxa de juros que remunera os títulos do tesouro americano próximos de zero no curto prazo e a queda dramática da remuneração dos títulos soberanos de longo prazo (operação *twist*); (iii) os problemas fiscais nas economias desenvolvidas, em especial nos países periféricos da Zona do Euro como Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália e; (iv) taxas de juros elevadas nos países emergentes, como no Brasil (apesar da queda recente). O governo deve se preocupar e acender a luz vermelha.

REFERÊNCIAS

FIPE-ZAP. 2012. Relatório FIPEZAP House Asking Price Index. Apresentação, Janeiro de 2012. Disponível em: http://www.fipe.org.br
FIPE-ZAP. 2011.Metodology of House Asking Price Index. Fevereiro. Disponível em: http://www.fipe.org.br
SORNETTE, D.; WOODARD, R. 2009. Financial Bubbles, Real Estate bubbles, Derivative Bubbles, and the Financial and Economic Crisis. Applications of Physics in Financial Analysis focuses on the analysis of large-scale Economic data. Tokio Institute of Tecnology. 2009. 51p.

XX CBE

XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

O Congresso Brasileiro de Economia (CBE) é o principal encontro da categoria no país. Realizado nos anos ímpares, reúne profissionais, autoridades, empresários, estudantes e interessados em geral. Nele são debatidos temas econômicos com o objetivo de apresentar soluções e novas possibilidades de enfrentamentos de questões importantes para o país e para a sociedade. Ao longo das 19 edições já realizadas, o CBE reuniu e apresentou o melhor do pensamento econômico brasileiro.

"A PALESTRA DE DAN BILLER, ECONOMISTA-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BANCO MUNDIAL, É UM DOS DESTAQUES DA PRÓXIMA EDIÇÃO"

A edição de 2013 será realizada em Manaus, nos dias 4 a 7 de setembro, e terá como tema central "Economia verde, desenvolvimento e mudanças econômicas globais". Trata-se de um tema cada vez mais presente na pauta de debates sociais, um aspecto da realidade que não pode mais ser passado por alto pela economia – e, por isso mesmo, a capital amazonense é um lugar bastante apropriado para este debate.

Como ampliar os benefícios do desenvolvimento para todos os países preservando a vida na Terra? Os mesmos padrões de consumo vigentes no mundo rico podem ser expandidos para as demais nações? Os instrumentos, métodos e teorias econômicas vigentes são suficientes para lidar com a inclusão do ambiente e as demandas sociais nos cálculos econômicos? As transformações econômicas globais facilitam ou criam obstáculos para que a qualidade de vida na Terra amplie-se, tanto social quanto ambientalmente? Estas e outras questões serão discutidas durante o CBE.

Ao todo, serão oito temas, cujos debates acontecerão de forma paralela – quatro no dia 5 e quatro no dia 6 de setembro. A programação do evento inclui palestras, apresentações de trabalhos, minicursos e exposições. Entre os palestrantes anunciados encontram-se Dan Biller, economista-chefe do departamento de desenvolvimento sustentável do Banco Mundial para a região da Ásia do Sul, Ignacy Sachs, referência no debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia cultural e ciência política, e James Kahn, estudioso do papel do ambiente no desenvolvimento sustentável, com ênfase especial sobre a Amazônia.

Um dos destaques da noite de abertura, juntamente com a conferência magna de abertura, é a entrega do Prêmio Brasil de Economia, cujas inscrições estão abertas até o dia 05 de julho. Ao todo, serão distribuídos R$ 48 mil em prêmios aos autores dos melhores trabalhos em cinco categorias: livro de economia, tese de doutorado, dissertação de mestrado, artigo técnico/científico e monografia de graduação. Os trabalhos podem ser inscritos no sítio www.cofecon.org.br/XIXPBE ou nos Conselhos Regionais de Economia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS

Além da programação de alto nível que o CBE proporciona, os pontos turísticos de Manaus são um atrativo à parte. Um dos lugares mais visitados é o Teatro Amazonas, inaugurado em 31 de dezembro de 1896, no auge do ciclo econômico da borracha. É o principal patrimônio cultural arquitetônico do Amazonas. Entre as apresentações que nele se realizam, destaca-se o Festival Amazonas de Ópera. Há também visitas guiadas e teatralizadas para turistas e comunidades, com personagens de época revendo fatos importantes de sua história. Outro ponto turístico de Manaus é o Museu do Seringal, formado por ambientação de época e conduzindo o visitante aos tempos áureos do ciclo da borracha.

Para quem busca atrações naturais, há o encontro das águas: as águas barrentas do Solimões correm por vários quilômetros junto às águas mais escuras do Rio Negro, sem misturar-se – o fenômeno é explicado pela diferença de temperatura e densidade de cada rio, bem como pela velocidade da correnteza de cada um. Outro passeio recomendado é a visita de barco ao Arquipélago de Anavilhanas, com mais de 400 ilhas de mata virgem abrigando complexos ecossistemas.

De 04 a 07 de setembro, em Manaus

Inscrições: www.cbe2013.org.br

Economistas registrados:	Outros profissionais:	Estudantes registrados no Corecon:	Outros estudantes:
R$ 320,00	R$ 400,00	R$ 160,00	R$ 200,00

TEMAS (05 DE SETEMBRO):

1. A medição da sustentabilidade do desenvolvimento e dos efeitos econômicos das mudanças climáticas;

2. Economia verde e reestruturação produtiva visando a sustentabilidade: a agenda global, as oportunidades do Brasil e as expectativas da Amazônia;

3. Economia de empresas e a agenda da sustentabilidade;

4. Economia e sustentabilidade em setores relevantes: energético, mineral e conexos;

TEMAS (06 DE SETEMBRO):

5. Mudanças econômicas globais e desenvolvimento: as novas perspectivas do debate contemporâneo e seus efeitos no Brasil;

6. Os rumos do desenvolvimento brasileiro: oportunidades e obstáculos;

7. Desenvolvimento regional: os grandes projetos, os incentivos setoriais, as desigualdades crônicas e as dinâmicas em curso;

8. Empreendedorismo, economia criativa e dinamismo econômico: os potenciais e as fragilidades.

ACONTECE NO COFECON

Conselheiros empossados, da esquerda para a direita: Francisco Assunção e Silva, Erivaldo Lopes do Vale, Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro, Aírton Soares Costa, Paulo Dantas da Costa, vice-presidente Luiz Alberto Machado, presidente Ermes Tadeu Zapelini, Sebastião Demuner, José Emílio Zambom da Silva, Edson Nogueira Fernandes Junior e Fábio José Ferreira da Silva

Na noite de 20 de fevereiro o COFECON realizou a cerimônia de posse dos novos conselheiros, bem como da presidência eleita para o ano de 2013. Compareceram ao evento autoridades, economistas e representantes de outras categorias profissionais. O Memorial JK, em Brasília, foi o cenário perfeito para essa noite festiva.

Os conselheiros federais eleitos para o triênio 2013-2015 são: Erivaldo Lopes do Vale, Francisco Assunção e Silva, José Luiz Amaral Machado, Paulo Dantas da Costa e Sebastião Demuner (efetivos); Airton Soares Costa, Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro, Edson Nogueira Fernandes Jr., Fábio José Ferreira da Silva*, José Emílio Zambom da Silva e Vicente Ferrer Augusto Gonçalves (suplentes).

Ao dar as boas- vindas a todos os presentes, o presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF), Carlos Eduardo de Freitas, falou sobre os desafios de dar continuidade à gestão nos Conselhos de Economia. "Esta é uma corrida de revezamento, em que passamos o bastão para quem vem depois".

O economista Juarez Trevisan, presidente da Federação Nacional dos Economistas (Fenecon), entidade que reúne sindicatos da categoria, falou sobre a disponibilidade para realizar parcerias que resultem em benefícios para os economistas.

O economista Manuel Enríquez García, presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB) e também do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), falou sobre a união de entidades de economistas em seu estado. Destacou o sucesso da TV Economista, disponível no sítio do Corecon-SP na internet.

José Augusto Viana Neto, coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, disse que as autarquias de fiscalização vivem um momento de instabilidade. "Há interpretações equivocadas na justiça acerca do que fazemos", destacou. Mas apontou também para o que considera uma vitória: as audiências de conciliação promovidas para quitação de débitos de profissionais registrados.

Por último falou o presidente do COFECON, Ermes Tadeu Zapelini – que terá, em 2013, seu segundo mandato. Acerca da gestão da autarquia, afirmou: "Encontrar

o equilíbrio entre o oportuno e o necessário, sem se descuidar dos encargos financeiros que cada decisão acarreta. A decisão deve conter realismo e precaução. Realismo considerando os limites da ação e precaução para não comprometer o futuro da organização".

Entre os sucessos de 2012, apontou para o Plano de Cargos e Salários. "Esperamos uma ponderável melhoria no desempenho funcional", avaliou Zapelini. Entre as dificuldades a serem superadas, falou da tecnologia da informação. E, como principal objetivo, a atualização da Lei 1.411, que regulamentou a profissão de economista.

"É impostergável encontrar alternativas enquanto não se dispõe de atualização da legislação do economista. Temos que certificar a competência dos profissionais que trabalham com economia e finanças. Como fazê-lo, num mundo que se desdobra cada vez mais rapidamente em múltiplas e novas atividades?", ponderou o presidente do COFECON.

A coragem para enfrentar desafios também foi ressaltada por Zapelini: "Se entendermos que tudo deve ficar como está, aguardando uma nova legislação, assim ficará. E nada vai acontecer. Todavia, é mais gratificante dizer que tivemos a coragem de discutir e nada alterar, do que o conforto de não por à prova as nossas dúvidas".

Apontando para o futuro, Zapelini falou sobre sonhos e expôs alguns dos seus: "Que os governantes proporcionem um choque educacional neste país. Que sejam formados cientistas e técnicos de alto nível. Que dotações orçamentárias para a educação não tenham limites. Que as ajudas para acabar com a fome sejam passageiras, com opções de emprego para seus participantes". Afirmou que "sonhar é preciso. Mas o sonho que não é realizado é um devaneio". E encerrou citando as palavras do hino do estado de Santa Catarina: "E nesta grande nação / É cada homem um bravo / Cada bravo, um cidadão".

* Por decisão do Plenário, expressa na Portaria 13/2013, o conselheiro federal suplente Fábio José Ferreira da Silva assumiu o cargo de conselheiro efetivo.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO:
mal necessário ou bem desejável?

O superávit primário é um dos pilares do modelo macroeconômico adotado no Brasil, junto com o câmbio flutuante e as metas de inflação. Ele resulta da diferença entre o total de arrecadação e despesas do governo. O cálculo não leva em conta a dívida pública e os encargos dela resultantes. O superávit primário serve para fazer frente a estes encargos e, para tanto, o governo estabelece metas a cada ano.

Mas o superávit primário é um bem desejável ou um mal necessário? Dois especialistas com opiniões diferentes foram convidados pela revista *Economistas* para debater esta questão: o professor Reinaldo Gonçalves (UFRJ) e o consultor Felipe Salto (Tendências Consultoria).

BRASIL NEGATIVADO, BRASIL INVERTEBRADO E O SUPERÁVIT PRIMÁRIO

A expressão "negativado" significa estar com sinal, carga, resultado ou potencial negativo. Isto é, precisamente, o que tem ocorrido com a economia brasileira no passado recente. O Brasil Negativado envolve o país, o governo, as empresas e as famílias. A evidência é conclusiva: fraco desempenho da economia brasileira (investimento e renda); números negativos das contas externas e das contas públicas; e crescente endividamento e inadimplência das empresas e das famílias. O fato é que, nestes primeiros anos do século XXI, o desempenho da economia brasileira é fraco pelos padrões históricos brasileiros e pelos atuais padrões internacionais[2].

E não é somente o país, as empresas e as famílias que estão negativados, o governo também está. Os desequilíbrios são de fluxos e estoque. As contas do setor público mostram déficit nominal em todos os anos do período 2003-14[3]. A taxa média (% do PIB) neste período é -2,7% maior do que a média (-1,2%) e a mediana (-2,1%) do mundo (Tabela 1). No painel do FMI (186 países) o Brasil está, na média do período, na 82ª posição; ou seja, próximo da mediana.

Vale notar que os déficits públicos na maioria dos países aumentaram significativamente a partir da crise de 2008, em decorrência do uso intensivo e recorrente das políticas fiscais expansionistas. Em consequência, só depois da eclosão da crise financeira global é que houve relativa melhora da posição do déficit público brasileiro no *ranking* mundial. Não obstante, a negatividade das contas públicas é evidente quando se constata que o déficit público no Brasil é maior do que a média mundial em oito anos e é maior do que a mediana mundial em seis anos dos 12 anos que compõem o período em análise.

1. Prof. titular de Economia Internacional da UFRJ. Reinaldogoncalves1@gmail.com. Portal: www.ie.ufrj.br/hpp/mostra.php?idprof=77 - www.reinaldogoncalves.blogspot.com.br

2. Para análise detalhada, ver Reinaldo Gonçalves, Brasil Negativado, Brasil Invertebrado: Legado dos Governos do PT.
Disponível: www.ie.ufrj.br/hpp/mostraArtigos.php?idprof=77&cat=1
Acesso: 20 de março de 2013.

3. Os dados para 2013-14, quando mencionados, são estimativas do FMI, World Economic Outlook. Disponível: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/index.htm. Acesso: 20 de março de 2013. Aqueles que estão interessados na leitura do artigo no contexto da Economia Política devem ter em mente que o período 2003-14 abarca dois governos do PT na esfera federal.

TABELA 1

CONTAS PÚBLICAS, RESULTADO NOMINAL GOVERNO GERAL, BRASIL E MUNDO (MÉDIA SIMPLES E MEDIANA), (% PIB): 2003-2014						
	Brasil	Posição do Brasil no *ranking* mundial (ordem crescente)	Mundo (média simples)	Mundo (mediana)	Brasil - Mundo (média simples)	Brasil - Mundo (mediana)
2003	-5,2	37	-2,3	-2,5	-2,9	-2,7
2004	-2,7	71	-1,4	-1,6	-1,3	-1,1
2005	-3,4	40	0,2	-1,4	-3,6	-2,0
2006	-3,5	37	1,8	-0,5	-5,3	-3,0
2007	-2,6	43	1,6	-0,2	-4,2	-2,4
2008	-1,3	86	0,4	-1,0	-1,7	-0,3
2009	-3,0	116	-3,9	-4,1	0,9	1,1
2010	-2,7	111	-2,8	-3,5	0,1	0,8
2011	-2,6	99	-1,8	-2,8	-0,8	0,2
2012	-2,1	120	-2,2	-2,9	0,0	0,8
2013	-1,6	124	-1,9	-2,5	0,3	0,9
2014	-2,0	100	-1,7	-2,1	-0,3	0,1
Média 2003-14	-2,7	82	-1,2	-2,1	-1,6	-0,6

Fonte: FMI. Base de dados para 186 países. Elaboração do autor. **- Nota:** Dados para 2012-2014 são estimativas e projeções do FMI

O fato é que o país, frente ao elevado serviço da dívida pública, tem feito enorme esforço de contenção de gastos para gerar superávits primários (3,2% do PIB, média no período 2003-14) (Tabela 2). Vale destacar que o país se destaca visto que, de modo geral, apresenta superávits relativamente elevados pelos padrões internacionais. O Brasil ocupa a 18ª posição no *ranking* mundial quando se considera a média no período em análise. De fato, o superávit primário brasileiro tem sido significativamente maior do que a média e a mediana do mundo em todo o período. Vale notar que a crise de 2008 levou a maioria dos países a executar políticas fiscais expansionistas que, de modo geral, têm causado déficits primários. Em consequência, houve aumento da diferença entre o superávit brasileiro e o déficit médio observado no resto do mundo.

TABELA 2

CONTAS PÚBLICAS, RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO GERAL, BRASIL E MUNDO (MÉDIA SIMPLES E MEDIANA), (% PIB): 2003-2014						
	Brasil	Posição do Brasil no *ranking* mundial (ordem crescente)	Mundo (média simples)	Mundo (mediana)	Brasil - Mundo (média simples)	Brasil - Mundo (mediana)
2003	3,3	15	0,1	0,0	3,2	3,3
2004	3,9	17	0,5	0,4	3,4	3,5
2005	3,9	22	1,6	0,5	2,3	3,3
2006	3,3	38	2,9	1,2	0,4	2,1
2007	3,5	32	2,5	1,8	1,0	1,6
2008	4,1	16	1,3	0,6	2,8	3,5
2009	2,2	12	-2,9	-2,5	5,1	4,7
2010	2,5	14	-2,1	-2,2	4,6	4,7
2011	3,1	11	-0,4	-1,0	3,5	4,1
2012	2,7	16	-0,8	-1,0	3,5	3,7
2013	3,2	11	-0,4	-0,6	3,6	3,8
2014	3,1	16	-0,1	0,0	3,2	3,1
Média 2003-14	3,2	18	0,2	-0,2	3,0	3,4

Fonte: FMI. Base de dados para 186 países. Elaboração do autor. **- Nota:** Dados para 2012-2014 são estimativas e projeções do FMI.

Entretanto, no Brasil o superávit primário não foi suficiente para compensar as elevadas despesas com o serviço da dívida pública. Este fenômeno resulta, sem dúvida alguma, do fato de que a política macroeconômica tem se caracterizado por taxas de juros reais extraordinariamente elevadas pelos padrões mundiais. O resultado é evidente: o serviço da dívida pública representa, em média, 6,0% do PIB (Tabela 3). Este coeficiente é 3,3 e 4,1 vezes maior que a média (-1,8%) e a mediana (-1,5%) do mundo, respectivamente. O país negativado é evidente quando se verifica que, em todos os anos do período em questão, a relação entre o pagamento de juros e o PIB do Brasil é maior do que a média e a mediana observadas no mundo (múltiplo, de modo geral, superior a 3).

O fraco desempenho da economia brasileira também é informado pela posição do Brasil no *ranking* mundial segundo a relação entre o serviço da dívida pública bruta e o PIB, em ordem decrescente. A média e a mediana das posições do Brasil são iguais a 5. Considerando o painel do FMI (dados completos disponíveis para 103 países), constata-se que o Brasil está no grupo dos cinco países que mais pagam juros (em termos relativos) sobre a dívida pública no período em questão. E, ademais, não houve mudança significativa desta posição ao longo do período em análise (7ª posição em 2004 e previsão desta mesma posição em 2013-14). Esta posição expressa tanto a percepção do alto risco-Brasil como a natureza da política de estabilização macroeconômica. Neste sentido, o fraco desempenho na gestão macroeconômica é evidente quando se considera que a média anual do serviço da dívida pública é 6% do PIB, que corresponde a um terço da taxa média anual de investimento verificada no período em questão. Taxa medíocre de investimento no longo prazo implica fraco crescimento da renda.

TABELA 3

CONTAS PÚBLICAS, SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA GOVERNO GERAL, BRASIL E MUNDO (MÉDIA SIMPLES E MEDIANA), (% PIB): 2003-2014

	Brasil	Posição do Brasil no *ranking* mundial (ordem crescente)	Mundo (média simples)	Mundo (mediana)	Brasil - Mundo (média simples)	Brasil - Mundo (mediana)	Relação entre o serviço da dívida pública no Brasil e no Mundo (média simples)	Relação entre o serviço da dívida pública no Brasil e no Mundo (mediana)
2003	-8,5	4	-2,4	-1,8	-6,1	-6,6	3,5	4,6
2004	-6,6	7	-2,2	-1,6	-4,4	-5,0	2,9	4,2
2005	-7,3	3	-2,0	-1,6	-5,3	-5,8	3,7	4,7
2006	-6,8	4	-1,7	-1,4	-5,1	-5,4	4,0	5,0
2007	-6,1	4	-1,6	-1,3	-4,5	-4,8	3,8	4,7
2008	-5,4	4	-1,6	-1,1	-3,8	-4,3	3,5	4,8
2009	-5,2	6	-1,7	-1,3	-3,5	-3,9	3,0	4,1
2010	-5,2	5	-1,6	-1,4	-3,6	-3,8	3,2	3,7
2011	-5,7	4	-1,6	-1,5	-4,1	-4,2	3,5	3,7
2012	-4,9	6	-1,7	-1,6	-3,2	-3,3	2,9	3,1
2013	-4,8	7	-1,7	-1,5	-3,1	-3,2	2,8	3,1
2014	-5,1	7	-1,7	-1,6	-3,4	-3,5	3,0	3,3
Média 2003-14	-6,0	5	-1,8	-1,5	-4,2	-4,5	3,3	4,1

Fonte: FMI. Base de dados para 186 países. Elaboração do autor. **- Nota:** Serviço da dívida corresponde à diferença entre o resultado nominal e o resultado primário. Dados para 2012-2014 são estimativas e projeções do FMI. Há dados completos para 103 países. A posição do Brasil corresponde à ordenação da relação entre o serviço do pagamento da dívida pública bruta e o PIB para os países do painel, em ordem decrescente.

O país negativado aparece também no desequilíbrio de estoque relativo à dívida pública. No passado recente houve queda da relação entre a dívida pública e o PIB (74,8% em 2003 e estimativa de 58,9% em 2014) (Tabela 4). Entretanto, a relação média (66,0%) é significativamente maior do que a média (55,6%) e a mediana (44,7%) dos países do painel do FMI. O fraco desempenho na gestão das contas públicas é evidente quando se considera que, em todos os 12 anos do período em análise, a razão dívida pública/PIB brasileira é maior do que a média e a mediana mundiais.

O fraco desempenho da economia brasileira também é informado pela posição do Brasil no *ranking* mundial segundo a relação entre a dívida pública bruta e o PIB, em ordem decrescente. A média e a mediana das posições do Brasil são 45 e 46, respectivamente. Considerando o painel do FMI (163 países), constata-se que o Brasil está no primeiro terço dos países mais endividados no período em questão. E, ademais, não houve mudança significativa entre a posição no início e no final do período (51ª posição em 2004 e 2014).

TABELA 4

CONTAS PÚBLICAS, DÍVIDA PÚBLICA BRUTA GOVERNO GERAL, BRASIL E MUNDO (MÉDIA SIMPLES E MEDIANA), (% PIB): 2003-2014

	Brasil	Posição do Brasil no *ranking* mundial (ordem crescente)	Mundo (média simples)	Mundo (mediana)	Brasil - Mundo (média simples)	Brasil - Mundo (mediana)
2003	74,8	53	75,1	60,3	0,3	-14,5
2004	70,8	51	70,7	54,1	-0,1	-16,7
2005	69,2	53	64,7	50,0	-4,5	-19,2
2006	66,7	44	56,5	41,8	-10,1	-24,8
2007	65,2	40	49,9	38,0	-15,2	-27,2
2008	63,5	40	47,6	38,4	-16,0	-25,2
2009	66,9	37	50,5	41,6	-16,4	-25,3
2010	65,2	41	49,0	41,1	-16,2	-24,0
2011	64,9	46	49,5	41,9	-15,4	-23,0
2012	64,1	44	51,0	43,7	-13,1	-20,4
2013	61,2	48	51,4	43,3	-9,7	-17,9
2014	58,9	51	51,4	42,7	-7,5	-16,2
Média 2003-14	66,0	46	55,6	44,7	-10,3	-21,2

Fonte: FMI. Base de dados para 186 países. Elaboração do autor. **- Nota:** Serviço da dívida corresponde à diferença entre o resultado nominal e o resultado primário. Dados para 2012-2014 são estimativas e projeções do FMI. Há dados completos para 163 países. A posição do Brasil corresponde à ordenação das relações dívida pública bruta/PIB dos países do painel em ordem decrescente.

Em síntese, o superávit primário não pode ser visto simplesmente como uma das pontas do "tridente satânico" da política macroeconômica (superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante). E, portanto, reduções marginais do superávit primário não implicam mudanças significativas no modelo de desenvolvimento e na política macroeconômica. O fato é que a questão das finanças públicas no Brasil é marcada por significativos desequilíbrios de fluxos e estoques, além, naturalmente, dos problemas epidêmicos de déficit de governança e superávit de corrupção. Estes dois últimos aspectos são, na realidade, aspectos do Brasil Invertebrado[4].

Instituições públicas e privadas mostram sinais evidentes de deterioração. Corporativismo e fragilidade institucional corrompem as bases da máquina administrativa do Estado e frustram o processo de modernização via renovação de quadros e investimento em equipamentos. Agentes de regulação, quando não são capturados pelos interesses particulares, tornam-se ineficazes frente à própria fragilidade institucional do sistema judiciário. A impunidade de corruptos e corruptores continua como a regra geral que tem poucas e surpreendentes exceções. Grandes grupos econômicos desempenham papel de atores protagônicos via abuso do poder econômico, corrupção e financiamento de campanhas eleitorais. Os indicadores de progresso institucional mostram, de modo geral, a ausência de avanços a partir de 2003. É o Brasil Invertebrado!

Nos últimos anos tem havido ampliação e aprofundamento do Brasil Negativado e do Brasil Invertebrado. Este argumento é principalmente evidente quando se considera o fraco desempenho do país nos últimos anos no que se refere às questões-chave da economia (crescimento, investimento, inflação, contas públicas, contas externas etc.). Portanto, o superávit primário é "mal necessário" que não pode ser analisado isoladamente, isto é, sem referência à síndrome do Brasil Negativado e do Brasil Invertebrado que se manifestam no Modelo Liberal Periférico. ■

4. Para análise detalhada, ver Reinaldo Gonçalves, Desenvolvimento às Avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

DESONERAÇÕES SUBSTITUEM POLÍTICA MONETÁRIA A UM ELEVADO CUSTO FISCAL

FELIPE SALTO [1]

O controle inflacionário, no Brasil, não é mais promovido pelos instrumentos clássicos da política monetária, mas por um conjunto de mecanismos fiscais e tributários, sem mencionar as intervenções diretas nos índices de preços, via postergação de reajustes e tarifas. Do ponto de vista fiscal, o mais importante deles é a desoneração tributária, que tem servido a duas agendas fundamentais: a do controle dos preços, como no caso do recente anúncio da desoneração dos produtos da cesta básica; e a da política industrial, isto é, a dos estímulos diretos à atividade. O resultado prático é muito claro: intensificação da política fiscal expansionista em prol dos objetivos múltiplos da "nova matriz" de política macroeconômica. Sacrifica-se o desejável resultado primário elevado em favor de uma estratégia atabalhoada de incentivo à atividade e "controle" da inflação.

O cenário da Tendências para a política fiscal, em 2013, contemplava um superávit primário de 2,1% do PIB. Considerando-se os novos anúncios do governo e a confirmação de que as desonerações continuarão a ser o principal instrumento a substituir a taxa de juros no controle da inflação, o primário ganhou viés de baixa. A conta será cada vez maior, dado que, a cada desoneração, não se debela o problema inflacionário, apenas postergа-se para os próximos meses. Isto é, a necessidade de lançar mão das desonerações tende a se reforçar, principalmente em um cenário de retomada da atividade. Vale lembrar que a Tendências projeta um crescimento real para o PIB da ordem de 3,0%, ante a taxa de apenas 0,9% em 2012.

Em outras palavras, trata-se de um reforço de um modelo intervencionista, pouco atento ao papel dos mercados na dinâmica da economia, que concentra no Estado todas as expectativas sobre o crescimento econômico. Tal modelo é conhecido, bem como seus efeitos: crescimento econômico baixo e inflação pressionada (fenômeno conhecido como "estagflação"). A verdade é que os custos recairão mais uma vez sobre o lado fiscal. O esforço primário será mais baixo e assistiremos a uma redução do potencial de crescimento, via reforço do efeito *crowding out*, isto é, de expulsão do setor privado pelo aumento do peso do governo na economia nacional.

Especificamente, para 2013, esse reforço da estratégia intervencionista no campo macroeconômico levou à revisão da expectativa para o superávit primário de 2,1% do PIB para 1,8%, ante a meta fixada em lei da ordem de 3,1% do PIB (ou R$ 155,9 bilhões). Em verdade, a nova política de desonerações tributárias, marcada pelo objetivo de controlar a inflação, a curto prazo, gera um custo direto medido pelos "gastos tributários", isto é, pelas renúncias de receitas fiscais.

Em outras palavras, a fatura da empreitada de manter a Selic inalterada até o final do atual mandato presidencial será paga pelo sacrifício de uma importante parcela

1. Economista pela FGV/EESP, mestre em administração pública e governo pela FGV/EAESP, professor dos cursos de pós-graduação executiva, na mesma instituição, e especialista em finanças públicas e política fiscal da Tendências Consultoria Integrada.

do esforço fiscal primário. A manutenção de padrões questionáveis de transparência na contabilidade pública – a contabilidade criativa – auxiliará na tarefa de sustentar um primário artificialmente elevado, alinhado à meta legal ou à meta descontada, ainda que o mercado, os analistas e a sociedade venham, cotidianamente, acusando a fragilidade de tal estratégia.

Para esclarecer as estimativas de renúncias fiscais, conforme recentemente divulgadas pela imprensa, com base nas declarações do Ministério da Fazenda, é preciso considerar uma definição mais clara para o conceito. Entendemos que a renúncia fiscal é a diferença entre a projeção ou a expectativa de receitas – realizada com base em premissas para a atividade econômica (e outros indicadores relevantes) – na ausência de medidas de desoneração e a receita estimada na presença de tais medidas. Trata-se, portanto, de um gasto bastante singular, que depende das estimativas realizadas para a arrecadação e, portanto, que pode ou não acontecer, muito distinto de uma despesa com programa específico, por exemplo, o PAC, em que é fixado um total a ser gasto, independentemente de previsões.

Tomando como referência as previsões para a receita total do governo federal feitas pelo Executivo e registradas em seus projetos de lei orçamentária anual (PLOA) enviados ao Legislativo, nos últimos anos, há um padrão interessante para avaliar a renúncia fiscal. Basta comparar as informações dos projetos de lei às receitas realizadas, calculando a diferença e chegando a um cálculo possível para a renúncia fiscal ou o gasto tributário (tabela 1).

TABELA1: RECEITAS TOTAIS REALIZADAS E PROJETADAS PELO GOVERNO QUANDO DA FORMULAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA) (EM BILHÕES DE REAIS).

Anos	PLOA	Receitas totais realizadas	Renúncia em relação ao PLOA
2007	603,4	618,9	15,5
2008	682,7	716,7	34,0
2009	808,9	739,3	(69,6)
2010	853,6	845,0	(8,6)
2011	967,6	990,4	22,8
2012	1.090,9	1.062,2	(28,7)
2013*	1.285,0	1.229,5	(55,5)

* Para 2013, PLOA = R$ 1.229,5 bi, considerados, para fins do cálculo da renúncia fiscal, na coluna "Receitas totais realizadas".

Fonte: Ministério do Planejamento e Secretaria do Tesouro Nacional (elaboração Tendências).

Neste ano, se forem considerados os números previstos pelo governo em desonerações, que representariam uma renúncia fiscal de R$ 55,5 bilhões (incluindo os custos do programa Vale-Cultura, com impactos sobre o IRPJ e da isenção na tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos a trabalhadores que recebem até R$ 6 mil), podemos agregá-la à previsão inicial do Executivo (R$ 1.229,5 bilhões, conforme PLOA) e chegar ao valor de receitas estimadas na ausência de desonerações, isto é, R$ 1.285,0 bilhões. Com base nestes cálculos, é possível ajustar nossas próprias previsões de receitas, proporcionalmente a estas estimativas de custos advindos das novas desonerações prometidas em relação ao PLOA, em que já estavam previstos custos com a desoneração da folha. A seguir, apresentamos uma consolidação das medidas e dos respectivos custos, bem como os impactos sobre as nossas projeções (tabelas 2 e 3).

TABELA 2: : RENÚNCIAS FISCAIS TOTAIS ESTIMADAS PELO GOVERNO (EM % DO PIB).

Medidas com impacto em 2013	Estimativas - Renúncia fiscal		
	R$ bilhões	% do PIB (Governo)	% do PIB (Tendências)
1. Desonerações de PIS e de Cofins	-18,3	-0,37	-0,38
1.1. Cesta básica	-5,5	-0,11	-0,11
1.2. Demais (cogita-se desonerar: etanol, diesel e outros preços com impacto relevante para a inflação)	-12,8	-0,26	-0,26
2. Desoneração da folha (42 setores)	-16,0	-0,32	-0,33
3. Medidas carregadas de 2012 (IPI, Cide e IOF, por exemplo)	-34,4	-0,69	-0,71
4. Programa cultura do trabalhador - Lei nº 12.761 (IRPJ)	-0,3	-0,01	-0,01
5. Isenção de IR a trabalhadores que recebem até R$ 6 mil em participação nos resultados e lucros das empresas - MP nº 597	-1,7	-0,03	-0,04
7. Total (1 + ... + 7)	-70,7	-1,42	-1,46
PIB projetado pelo Governo	4.973,6		
PIB projetado pela Tendências	4.855,5		

Fonte: Valor Econômico, MP nº 597 e Banco Central (elaboração Tendências).

TABELA 3: PREVISÃO DE RECEITAS ARRECADADAS PELO GOVERNO CENTRAL EM 2013

Receitas previstas para 2013	R$ bilhões	% do PIB
Receita total estimada pelo governo (sem renúncia)	1.285,0	26,5
Renúncia fiscal (novas medidas)	-55,5	-1,1
PLOA	1.229,5	25,3
Tendências (projeção oficial + desonerações já consideradas)	1.236,8	25,5
Renúncia fiscal considerada pela Tendências	-18,0	-0,4
Projeção - Tendências (antiga)	1.218,8	25,1
Renúncia fiscal adicional	-35,4	-0,7
Projeção - Tendências (nova)	1.183,4	24,4
PIB projetado pela Tendências	4.855,5	

Fonte: Valor Econômico, MP nº 597 e Banco Central. (elaboração Tendências).

Vale lembrar que, dos R$ 70,7 bilhões estimados pelo governo, R$ 15,2 bilhões já estavam previstos no PLOA, de modo que o custo adicional das medidas tomadas desde o segundo semestre do ano passado, incluindo a recente decisão de desonerar os produtos da cesta básica, deve totalizar R$ 55,5 bilhões.

> **“A POLÍTICA FISCAL REFLETE OS CUSTOS PAGOS PELA SOCIEDADE PARA FINANCIAR A ‘NOVA MATRIZ’ MACROECONÔMICA”**

É importante destacar, ainda, que o total previsto em custos advindos das medidas de desoneração de PIS/Pasep e de Cofins é de R$ 18,3 bilhões, mas as ações anunciadas até agora (cesta básica) somam apenas R$ 5,5 bilhões. Dessa forma, pode-se concluir que o governo pretende anunciar ainda mais desonerações, considerando-se que o orçamento é (até certo ponto) uma sinalização importante a respeito das políticas que serão empreendidas ao longo do exercício. Neste caso, tudo indica que boa parte da previsão será realizada, uma vez que a política monetária está sendo substituída por instrumentos alternativos para garantir o controle de preços a curto prazo sem alterar as “conquistas” (na visão oficial) obtidas com a redução da taxa real de juros.

Quanto às projeções da Tendências, as revisões explicitadas na tabela 3 levaram à redução do superávit primário previsto para o governo central (de 1,3% para 1,1% do PIB) e para o setor público consolidado (de 2,1% para 1,8% do PIB). Com isso, o Primário Efetivo Tendências (PET), indicador calculado para expurgar a contabilidade criativa dos dados oficiais, fechará o exercício corrente no limite necessário para manter a relação dívida/PIB estável: 1,5% do PIB.

Além da mudança dos números projetados para o governo central, foi alterada a expectativa do esforço primário dos governos regionais (de 0,7% para 0,6% do PIB). A expectativa para as empresas estatais, terceiro componente do setor público (exceto Petrobras e Eletrobrás, que foram recentemente excluídas do cômputo), foi mantida em 0,07% do PIB (tabela 4).

TABELA 4: PREVISÃO DE RECEITAS ARRECADADAS PELO GOVERNO CENTRAL EM 2013

Resultado primário	R$ bilhões	% do PIB
Meta oficial	155,9	3,13
Abatimentos possíveis (R$ 45,2 bi do PAC + R$ 20 bi em desonerações)	65,2	1,31
Meta de fato	90,7	1,82
Projeção - Tendências (nova)	86,1	1,73
PIB projetado pelo Governo	4.973,6	-0,4

Fonte: Valor Econômico, MP nº 597 e Banco Central. (elaboração Tendências).

Em suma, o quadro fiscal é mais expansionista, motivado pelos mesmos objetivos, com destaque à agenda de promover o controle da inflação, supostamente, sem precisar lançar mão dos instrumentos de política monetária, em particular, do aumento da Selic. Na prática, a política fiscal reflete, cada vez mais, o tamanho dos custos pagos pela sociedade a fim de financiar os objetivos da “nova matriz” de política macroeconômica.■

ACONTECE NOS CORECONS

CORECON-PE

O Corecon-PE realizará em 2013 a segunda edição da Gincana Pernambucana de Economia, destinada a alunos de graduação de todo o estado. Além disso, realizará o VII Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa, que reconhecerá monografias nas categorias Universitário e Profissional. O livro com os textos será lançado no II Encontro Pernambucano de Economia. E para comemorar o Dia do Economista, o Corecon-PE está trabalhando na realização de debates nas cidades de Recife, Caruaru e Petrolina.

CORECON-BA

No início de 2013, após contatos iniciados no ano passado, o Corecon-BA firmou uma parceria institucional com a Companhia de Gás da Bahia (Bahia Gás), concessionária estadual dos serviços de distribuição de gás natural canalizado, que viabilizará a publicação do livro *Reflexões de Economistas Baianos* - edição 2013 – que será o nono volum e da obra cuja publicação iniciou-se em 2001.

O Corecon-BA estreitará suas relações com os estudantes de várias formas: em maio será realizada a I Gincana Baiana de Economia e, ainda neste ano, deverá ser implantado o Corecon Acadêmico.

Em julho o Corecon-BA sediará o Encontro de Economistas do Nordeste, em agosto celebrará a Semana do Economista e em setembro apoiará o Encontro de Economia Baiana (promovido pela Desenbahia, SEI e Universidade Federal da Bahia).

CORECON-SC

Nos dias 08 e 09 de agosto será realizado o XVIII Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul). O evento é realizado de forma anual, geralmente em agosto, com a sede sendo escolhida em sistema de rodízio entre os três estados – em 2013, a realização cabe ao Corecon-SC.

CORECON-AL

O Corecon-AL tem divulgado a profissão de Economista entre as escolas de segundo grau, com palestras sobre o mercado de trabalho e distribuição de *folders* sobre a profissão. Outra área de atuação são os debates realizados no Ponta Verde Praia Hotel, em Maceió, abertos aos economistas e que, neste ano, deverão ter as presenças do presidente do Tribunal de Contas, da Associação de Municípios Alagoanos e do presidente da Câmara Municipal de Maceió. Também estão programadas palestras com os professores Marcelo Martinovich e Manuel Enríquez García.

CORECON-AM

No dia 24 de maio a sede do Corecon-AM será inaugurada, após passar por uma reforma que duplicou sua estrutura. O presidente do Regional, Marcus Evangelista, afirma que agora o economista irá dispor de novos serviços. "Em um mesmo local, o economista poderá negociar pendências junto ao conselho em uma área reservada, também poderá participar de cursos e ainda terá à sua disposição uma sala para realizar trabalhos e leituras", afirma Evangelista.

E nos dias 22 e 23 do mesmo mês será realizado o seminário "Repensando o modelo de desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus". O evento terá a participação de representantes de diversos setores da sociedade. "A Zona Franca de Manaus é o principal fator de desenvolvimento no estado, mas possui também uma força negativa que é o forte êxodo exercido nos estados vizinhos, o que provoca um inchaço humano na capital", comenta o presidente do Corecon.

CORECON-MA

Um dos programas de maior sucesso do Corecon-MA é o "Conversa de Economista". Para 2013 foram definidas temáticas diferentes, que vão desde a realidade socioeconômica nacional até debates sobre o planejamento do município de São Luís.

Outro destaque é a parceria com o Banco do Nordeste

do Brasil (BNB) na realização de duas edições, em São Luís e Imperatriz, do curso sobre elaboração de projetos para captação de recursos junto a instituições financeiras, destinado exclusivamente a economistas registrados no Conselho.

A pauta de eventos do Corecon-MA inclui ainda a realização de uma ampla programação durante a Semana do Economista, agendada para o período de 12 a 14 de agosto.

CORECON-RN

Nos dias 20 a 24 de maio será realizado o XVIII Seminário de Pesquisa do CCSA, que tem como objetivo estimular a produção e disseminação do conhecimento nas diferentes áreas das ciências sociais aplicadas - Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Turismo, Serviço Social, Direito e Economia.

De 12 a 16 de agosto será realizada a Semana do Economista, com eventos em Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Assu, em parceria também com outras instituições de ensino. A programação deverá ter como destaque a promoção de palestras, encontros e seminários.

CORECON-PI

O Corecon-PI participará do evento "Ação Global 2013", na cidade de Floriano, em parceria com alunos de Economia da UFPI, com ações voltadas à conscientização da população acerca do planejamento financeiro. No mesmo mês, será realizado o Curso de Elaboração de Projetos, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil.

CORECON-RO

No dia 15 de março o Corecon-RO realizou, no *campus* da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a posse da diretoria do Corecon Acadêmico. O evento contou com a presença dos acadêmicos e docentes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Rondônia e Faculdades Integradas de Cacoal/UNESC.

E nos dias 16 e 17 de maio a cidade de Porto Velho sediará o VII Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia (ENAM). O tema do evento será "Como viabilizar e financiar o desenvolvimento regional?".

CORECON-RR

No dia 13 de agosto será realizado o Baile dos Economistas de Roraima. O evento contará com a entrega do prêmio Personalidade Econômica de Roraima.

LIVROS[1]

TODO AMADOR CONFUNDE PREÇO E VALOR

Autor: Alvaro Vargas Llosa
Editoria Virgiliae, 2012, 303 p.

O livro *Todo amador confunde preço e valor*, do jornalista, escritor e professor peruano Álvaro Vargas Llosa, propicia interessantes ensinamentos aos iniciantes e iniciados no mercado financeiro. O autor narra uma série de boas histórias sobre grandes investidores e seus métodos para lucrarem alto no mercado de ações. Para tanto, lança mão de uma narrativa quase biográfica da vida de grandes investidores como Peter Linch, Ben Graham e Warren Buffett. Em linhas gerais, o livro aborda a visão fundamentalista de finança. Dessa forma, para encontrar o preço de uma ação, o investidor busca a projeção de fluxos futuros. Os leitores podem ser guiados em uma aprazível leitura pelos principais indicadores e métodos da análise fundamentalista, sempre focando no valor que a empresa pode gerar no longo prazo.

ECONOMIA CRIATIVA

Autor: John Howkins
M. Books Editora, 2013, 271 p.

O livro é de autoria de um dos maiores gurus – juntamente com Richard Florida – da economia criativa, o inglês John Howkins. Escrito em 2001, só agora foi traduzido para o português pela M. Books Editora. Apesar de ter sido publicado originalmente há tanto tempo, sua leitura permanece oportuna e permite uma excelente visão da economia criativa, cuja importância cresce a passos largos em diversas partes do mundo. A fusão da criatividade com a economia ocupa a parte inicial do livro. Como observa o autor, "a criatividade não é algo novo, tampouco a economia, mas a novidade está na natureza e na extensão da relação entre elas e como elas se combinam para criar valor e riqueza extraordinários". Com exemplos relevantes e dados extraídos de pesquisas realizadas em estatísticas oficiais, John Howkins analisa duas das alterações mais importantes e polêmicas da transição do século XX para o século XXI: a mudança na natureza do trabalho, que se torna cada vez mais resultante de indivíduos que exercitam sua imaginação e exploram (ou impedem outros de explorar) o seu valor econômico, e o crescimento relativo da participação do setor de serviços na geração do produto interno bruto, com a consequente redução da participação relativa dos outros setores (agricultura e indústria de transformação), constituindo-se numa das possíveis causas da desindustrialização.

1. O Conselho Editorial da agradece a contribuição dos autores, das editoras e do Prof. Samy Dana, de Escola de Economia da FGV-SP.

O FUTURO DA INDÚSTRIA NO BRASIL

Organizadores: Edmar Bacha e Monica Baumgarten de Bolle – Editora Civilização Brasileira, 2013, 418 p.

O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate, organizado pelos economistas Edmar Bacha e Monica de Bolle, é produto de duas reuniões no instituto Casa das Garças, no primeiro semestre de 2012. É constituído de textos interessantes de vários autores consagrados. O livro tem por objetivo elencar diversas respostas para a pergunta: Há futuro para a indústria no Brasil? Em 1985, a indústria de transformação respondia por 25% do PIB brasileiro. Hoje representa menos de 15%. Por isso mesmo, o tema da "desindustrialização" tornou-se fonte de um debate acalorado. Os analistas concordam que é preciso resgatar o potencial da indústria e acionar o motor de arranque de um setor fundamental para o investimento e a inovação. O problema é a falta de um debate mais profundo sobre o conteúdo da política industrial moderna, que vá além do protecionismo, do crédito subsidiado e das desonerações fiscais parciais.

POLÍTICA ECONÔMICA, ESTAGNAÇÃO E CRISE MUNDIAL: BRASIL, 1980-2010

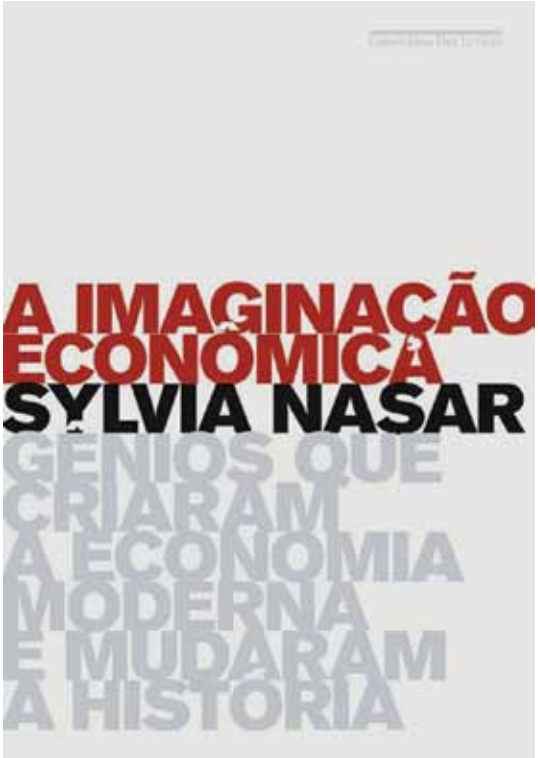
Autor: Fabrício Augusto de Oliveira
Azougue Editorial, 2012, 396 p.

Entre 1980 e 2006, a economia brasileira teve um crescimento médio anual de 2,3% - um período que pode ser considerado como configurando um processo de semiestagnação. A partir de 2007 o crescimento saltou para 4,4% ao ano. A crise do crédito *subprime* dos Estados Unidos e a crise da dívida soberana europeia trouxeram de volta o baixo crescimento. Esta saga da economia brasileira é analisada neste novo livro do economista e professor Fabrício Augusto de Oliveira. O autor investiga as causas do baixo crescimento entre 1980 e 2006, identificando a crise da dívida externa, a crise fiscal e desmonte do Estado desenvolvimentista e a ameaça de eclosão de um processo hiperinflacionário. Este último só foi vencido pelo Plano Real (1994), que conduziu o país a uma situação de elevado endividamento na primeira fase (1994-1998) e de fortes restrições ao crescimento e, a partir daí, à adoção de um novo modelo, também com forte viés anticrescimento. Só a partir de 2007 as peças deste modelo começariam a ser flexibilizadas para acomodar uma taxa mais robusta de expansão, iniciativa que terminaria interrompida pelas crises norte-americana e europeia.

A IMAGINAÇÃO ECONÔMICA

Autora: Sylvia Nasar
Companhia das Letras, 2012, 584 p.

O livro *A imaginação econômica* foi escrito por Sylvia Nasar, jornalista alemã, doutora em economia pela Universidade de Nova York, autora de *Uma mente brilhante*. Cobre mais diretamente o período que se estende de meados do século XIX ao final do século XX, contrapondo aspectos relevantes da história desse período com detalhes interessantes da vida e da produção intelectual de alguns de seus mais renomados economistas, tais como Karl Marx, Alfred Marshall, Joseph Schumpeter, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek, Milton Friedman, Joan Robinson, Paul Samuelson e Amartya Sen. Duas características do livro merecem destaque: a primeira é a habilidade da autora de mostrar como o contexto histórico-social influencia a produção das ideias; a segunda é sua capacidade de reproduzir alguns dos mais notáveis debates registrados pela história econômica.



CRESCIMENTO CLÁSSICO E CRESCIMENTO RETARDATÁRIO

Autor: João Paulo de Almeida Magalhães
Editora Contraponto/Sindecon, 2012, 203 p.

O Brasil atravessa um momento crítico de sua história econômica. Desde o término da Segunda Guerra até 1980, houve um incremento anual médio do PIB em torno de 7%. Depois de 1980, essa taxa declinou para menos de 3%. A causa desses maus resultados, segundo o autor, Prof. João Paulo de Almeida Magalhães, foi a adoção do receituário neoliberal. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao romper com o neoliberalismo e acelerar durante alguns anos o crescimento do PIB, gerou uma onda de otimismo, logo após desmentida pela volta às baixas taxas anteriores de crescimento. E bem mais grave, por ser de caráter estrutural e dificilmente reversível, é o acelerado processo de desindustrialização em curso no país. Para modificar essa situação, é indispensável romper com a visão de curto prazo que domina a política econômica brasileira e tem como uma de suas mais claras e nocivas manifestações a absoluta prioridade concedida às metas de inflação, com total abandono das metas de desenvolvimento.

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109,16º e 19º andares - Centro
Cidade: Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20.040-906
Telefone: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Vice-Presidente: Edson Peterli Guimarães
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Site: www.corecon-rj.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
Cidade: São Paulo – SP
CEP: 01009-905
Telefone: (11) 3291-8700 (Geral)
Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Afonso Arthur Neves Baptista
Site: www.coreconsp.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE

Endereço: Rua do Riachuelo, 105, Ed. Círculo Católico, sala 208 Boa Vista
Cidade: Recife – PE
CEP: 50050-400
Telefone: (81) 3222-0758 / 3221-2473
Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto
Vice-Presidente: José Carlos Neves de Andrade
Secretário Executivo: Adriana Araújo
Site: www.corecon-pe.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1.184, Conj 601-606, 6º andar - Centro
Cidade: Porto Alegre – RS
CEP: 90010-001
Telefone: (51) 3254-2600 (Geral)
Presidente: Leandro Antônio de Lemos
Vice-Presidente: Everton André Batista Lopes
Secretário Executivo: Helena Edi Cruz
Site: www.coreconrs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, sala 505, Caminho das Árvores - Pituba
Cidade: Salvador – BA
CEP: 41820-774
Telefone/fax: (71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: Marcelo José dos Santos
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Secretário Executivo: Bruno Pires Sacramento
Site: www.corecon-ba.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989 - Mercês
Cidade: Curitiba – PR
CEP: 80.810-120
Telefone: (41) 3336-0701
Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Carlos Alberto Gandolfo
Vice-Presidente: Celso Machado
Secretário Executivo: Amarildo de Souza Santos
Site: www.corecon-pr.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC

Endereço: Rua Trajano, 265, 12º andar - Centro
Cidade: Florianópolis – SC
CEP: 88.010-010
Telefone: (48) 3222-1979
Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Waldemar Bornhausen Neto
Vice-Presidente: Nelci Moreira de Barros
Responsável Direto: Rodrigo Nivaldo Martins (Gerente)
Site: www.corecon-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1.317, salas 06 / 08, Ed. Nordeste Center - Bairro Joaquim da Távora
Cidade: Fortaleza – CE
CEP: 60.135-100
Telefone: (85) 3246-1551
Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Henrique Jorge Medeiros Marinho
Vice-Presidente: Allisson David de Oliveira Martins
Superintendente: Mirian Pinheiro Pessoa de Andrade
Site: www.corecon-ce.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO - PA

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Cidade: Belém – PA
CEP: 66.055-000
Telefone: (91) 3223-1988
Fax: (91) 3242-0207
Presidente: Rosivaldo Batista
Vice-Presidente: Nélio Geraldo Bordalo Filho
Secretário Executivo: Marco Antônio Barbosa da Costa
Site: www.coreconpara.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Cidade: Belo Horizonte – MG
CEP: 30.130-140
Telefone: (31) 3261-5806
Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Cláudio Gontijo
Vice-Presidente: Fabrício Augusto de Oliveira
Gerente Executivo: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Site: www.portaldoeconomista.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202, Edifício Embaixador
Cidade: Brasília – DF
CEP: 70.300-907
Telefone: (61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242
Fax: (61) 3964-8364
Presidente: Carlos Eduardo de Freitas
Vice-Presidente: Carlito Roberto Zanetti
Secretário Executivo: Ronaldo Galloti Schroeder
Site: www.corecondf.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Cidade: Maceió – AL
CEP: 57.020-250
Telefone: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Maurílio Procópio Gomes
Gerente Executivo: Divaldo Coutinho
Site: www.corecon-al.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Cidade: Manaus – AM
CEP: 69.010-170
Telefone: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826
Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Marcus Anselmo da Cunha Evangelista
Vice-Presidente: Nelson Azevedo dos Santos
Gerente Executiva: Albertina Santana
Site: www.corecon-am.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT

Endereço: Rua 6, Quadra 11, Lote 2 - Palácio Paiaguás
Cidade: Cuiabá – MT
CEP: 78.049-045
Telefone: (65) 3644-1607
Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Vice-Presidente: Ernani Lúcio Pinto de Souza
Gerente Executiva: Tianna P. Monteiro da Silva
Site: www.corecon-mt.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
Cidade: São Luís – MA
CEP: 65.074-220
Telefone: (98) 3236-5376
Fax: (98) 3246-1784
Presidente: Luiz Augusto lopes Espindola
Vice-Presidente: Eduardo Cássio Beckman Gomes
Gerente Executivo: Marlene Costa Luz
Site: www.corecon-ma.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Cidade: Aracaju – SE
CEP: 49.015-320
Telefone: (79) 3214-1883 / 3214-0173
Fax: (79) 3211-7826
Presidente: Hermany Machado Ferreira
Vice-Presidente: Israel Schuster
Secretário Executivo: Artemisa Ribeiro Batista
Site: www.corecon-se.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sl. 1903/1904 - Centro
Cidade: Vitória – ES
CEP: 29.010-250
Telefone: (27) 3222-1985 / 3233-0618
Presidente: José Antônio Alves Resende
Vice-Presidente: Tyago Ribeiro Hoffmann
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
Site: www.corecones.com.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Cidade: Goiânia – GO
CEP: 74.083-330
Telefone/fax: (62) 3218-3311
Presidente: Alen Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente: Antônio Eurípedes de Lima
Responsável Direto: Maria Paula Badra (Secretária Executiva)
Site: www.corecon-go.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815 - Cidade Alta
Cidade: Natal – RN
CEP: 59.025-400
Telefone: (84) 3201-1005 / 3201-1655
Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Airton Soares Costa
Vice-Presidente: Celso Arnaldo de Medeiros
Responsável Direto: Maria Maíza de Paiva Costa (Gerente-Executiva)
Site: www.corecon-rn.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS

Endereço: Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 - Monte Castelo
Cidade: Campo Grande – MS
CEP: 79.010-210
Telefone: (67) 3356-4796
Fax: (67) 3356-7405
Presidente: Ricardo José Senna
Vice-Presidente: Jorge Tadeu de Barros Veneza
Responsável Direto: Andréia dos Santos Ferreira Silva (Gerente de Fiscalização)
Gerente Executiva: Rosires Aparecida Bastos Gomes
Site: www.coreconms.org.br

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB

Endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 2.491, sala 04, 1º andar
Bairro dos Estados
Cidade: João Pessoa – PB
CEP: 58030-002
Telefone/fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: João Bosco Ferraz de Oliveira
Gerente Executivo: Thales Batista da Silva
Site: www.corecon-pb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1.680 - Centro
Cidade: Teresina – PI
CEP: 64.001-160
Telefone: (86) 3221-7337
Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Francisco José de Sousa
Vice-Presidente: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Responsável Direto: Maria do Espírito S. Gonçalves de Oliveira Silva
(Secretária-Executiva)
Site: www.corecon-pi.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC

Endereço: Av Ceará, 3.201, 1º piso - Alto da Convel Abraão Alab
Cidade: Rio Branco – AC
CEP: 69.907-000
Telefone: (68) 3227-3490
Presidente: José Idalécio de Sousa Galvão
Vice-Presidente: Lucas Araújo Carvalho
Responsável Direto: Melre Daianne Gomes do Vale
(Secretária-Executiva)
Site: www.corecon-ac.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO

Endereço: Av. Calama, 2.300, Sala 14, Galeria Garden
Bairro São João Bosco
Cidade: Porto Velho – RO
CEP: 78.803-769
Telefone/fax: (69) 3224-1452
Presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Vice-Presidente: Liduino Cunha
Responsável Direta: Sirlene Rocha de Melo (Profissional de
Assistência ao Economista)
Site: www.corecon-ro.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO

Endereço: Quadra 104 Sul com AV LO 01 - Conjunto 4, lote 12, Sala 107
Cidade: Palmas – TO
CEP: 77020-020
Telefone: (63) 3215-8660
Presidente: Francisco Viana Cruz
Vice-Presidente: Vilmar Carneiro Wanderley
Secretário Executivo: Keitiane Morais Xavier Krambeck
Site: www.corecon-to.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 26ª REGIÃO - AP

Endereço: Rua Manoel Eudóxio Pereira, 826, sala B (Altos)
Santa Rita
Cidade: Macapá – AP
CEP: 68.908-123
Telefone/fax: (96) 3225-1323
Presidente: Alberto Jorge de Oliveira
Vice-Presidente: Vanderci de Oliveira Firmino
Secretário Executivo: Dayane Valadares Amorim
e-mail: corecon-ap@coreconamapa.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO - RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2.108 - Bairro São Francisco
Cidade: Boa Vista – RR
CEP: 69.301-110
Telefone/fax: (96) 3624-1517 / (95) 9148-2666 / (95) 8124-7011
Presidente: Marcio Sales de Sousa
Vice-Presidente: Mara Ryan A. de Almeida
Secretária Executiva: Diana Kelly Cassiano Marozini

XX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ECONOMIA VERDE
DESENVOLVIMENTO E
MUDANÇAS ECONÔMICAS

SETEMBRO DE 2013 MANAUS
AMAZONAS

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CORECON AM
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814